

ILMA. SR.^a PRESIDENTE DA COMISSÃO INTERNA DE CONTRATOS DE GESTÃO EM SERVIÇOS DE SAÚDE – CICGSS, DA SECRETARIA DE SAÚDE DO ESTADO DE GOIÁS – SES/GO.

Instrumento de Chamamento Público Nº 07/2024-SES/GO

Processo: 202300010023460

O INSTITUTO DE GESTÃO E HUMANIZAÇÃO – IGH, pessoa jurídica de Direito Privado, devidamente qualificado como Organização Social de Saúde no Estado de Goiás, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 11.858.570/0001-33, com sede na Rua das Hortênsias, n.º 668, 5º andar, Pituba, Salvador/BA, CEP 41.810-010, representado por seu Superintendente, Sr. Joel Sobral de Andrade, através de sua gerente de licitações, Sra. Priscila Oliveira de Almeida Souza, e-mails: licitacao.matriz@igh.org.br e priscila.souza@igh.org.br, com fundamento nos arts. 5º, XXXIV e LV, “a”, e 37, ambos da Constituição da República Federativa do Brasil, combinados com as determinações contidas na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, art. 165, II, § 4º, no Decreto nº 10.356, de 8 de dezembro de 2023, mais precisamente o artigo 5º, § 9º e demais dispositivos legais pertinentes à matéria e, ainda, com fulcro no item 11.3 do Edital (fl. 07), vem, perante Ilma. Sr.^a Presidente, apresentar as suas **CONTRARRAZÕES ao Recurso Administrativo interposto pela entidade INSTITUTO SOCIAL MAIS SAÚDE - ISMS, o CNPJ/MF sob nº 18.963.002/0001-41, referente ao Chamamento Público nº 07/2024-SES/GO**, destinado à seleção de entidade de direito privado sem fins lucrativos caracterizada como organização da sociedade civil, com experiência prévia comprovada na gestão de unidades hospitalares com perfil de Média e Alta Complexidade, para a gestão, operacionalização e execução dos serviços de saúde nas unidades **Hospital Estadual da Mulher Dr. Jurandir do Nascimento - HEMU**, localizado na Avenida Perimetral com a Rua R-7, Setor Oeste, Goiânia - GO, CEP: 74125-120; e **Hospital Estadual e Maternidade Nossa Senhora de Lourdes - HEMNSL**, localizado na Rua 230, Quadra 709, S/N, Vila Nova, Goiânia - GO, CEP 74640-210, pelos fatos e fundamentos que ora passa a expor.

1. DO CABIMENTO E TEMPESTIVIDADE

Ab initio, cumpre ressaltar que as presentes contrarrazões são devidamente tempestivas e encontram amparo na Lei Federal de Licitações nº Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, mais precisamente o artigo 165, II, § 4º, bem como no próprio edital, que na página 7, item 11.3, prevê o seguinte:

11.3. Caberá recurso, no prazo de 03 (três) dias úteis após a publicação do Informativo de Resultado Preliminar, que ocorrerá no site da SES/GO, o qual deverá ser protocolado via e-mail no endereço indicado no "Aviso de Chamamento Público", junto à Comissão Interna de Contratos de Gestão em Serviços de Saúde - CICGSS/SESGO, ficando as demais interessadas desde logo intimadas para apresentar contrarrazões em igual prazo, cuja contagem terá início no primeiro dia útil subsequente ao do término do prazo de recurso.

Dessa forma, como as razões recursais foram publicizadas no site da SES/GO em 31/03/2025, o prazo limite para apresentação das contrarrazões é até o dia 03/04/2025, restando comprovada a tempestividade da presente peça.

Em verdade, independentemente dos prazos e limitações impostos pela Lei de Licitações, observa-se necessidade constitucional acerca do recebimento das petições. Senão vejamos a Constituição Federal, art. 5º, *in verbis*:

XXXIV - são a todos assegurados, independentemente do pagamento de taxas:

*a) o direito de petição aos Poderes Públicos **em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder**; (grifo nosso)*

Ou seja, o recebimento e análise das manifestações em sede processo administrativo respeitam uma lógica de raiz constitucional, por conseguinte de caráter mais elevados do que as

normas meramente procedimentais impostas pela legislação infraconstitucional ou mesmo os regramentos contidos no Edital.

A necessária análise dos elementos, contidos nas mais diversas formas de provocação do estado, visam resguardar a Administração de eventuais irregularidades, revela-se em **Poder-dever**. O respeito absoluto à lei, no sentido amplo, é fato garantidor do sucesso das empreitadas públicas, tradução elementar dos fundamentos da Administração Pública e do Direito Administrativo.

2 – DO RECURSO INTERPOSTO

2.1. DA SÍNTESE DAS RAZÕES DO RECURSO ADMINISTRATIVO APRESENTADO PELO INSTITUTO SOCIAL MAIS SAÚDE - ISMS, o CNPJ/MF sob nº 18.963.002/0001-41:

2.1 Do item “Proposta para Regimento do Serviço Multiprofissional”:

O ISMS recorre contra a proposta do IGH para o item Regimento do Serviço Multiprofissional, alegando falta de clareza e detalhamento. Declara que documento apresentado é genérico, sem especificação das categorias profissionais, suas funções e responsabilidades, o que poderia comprometer a organização do trabalho e a qualidade dos serviços.

2.2 Do item “Proposta de manual de protocolos assistenciais”:

O ISMS recorre contra a proposta do IGH para o manual de protocolos assistenciais por considerar genérica e sem fundamentação teórica robusta. Também alega que a proposta não detalha a construção e aplicação dos protocolos por setor, nem considera as particularidades da unidade e das categorias profissionais.

2.3. Do item “Proposição de Projetos Assistenciais de Saúde e/ou Sociais dentro do custeio previsto para a unidade”:

O ISMS recorre contra a proposta do IGH para a proposição de projetos assistenciais e sociais, alegando que a entidade apresenta lacunas significativas. O mesmo afirma a ausência de uma introdução clara e bem estruturada, o que dificultaria a compreensão dos objetivos e do alinhamento dos projetos com a unidade. Além disso, traz que a proposta não evidencia expressamente sua compatibilidade com o custeio previsto, gerando, em seu entendimento, incertezas sobre sua viabilidade financeira.

2.4. Do Requisito 29.7.2.8 – Recebimento de Medicamentos e Atividades Farmacêuticas:

O ISMS recorre contra a proposta do IGH para o Requisito 29.7.2.8, alegando que a entidade não contempla adequadamente as atividades farmacêuticas no almoxarifado e Centro de Abastecimento Farmacêutico (CAF). O mesmo sustenta a falta de detalhamento sobre a implementação das Boas Práticas de Distribuição, Armazenagem e Transporte de Medicamentos, bem como a ausência de um checklist para documentar o recebimento dos insumos, o que comprometeria a transparência e a conformidade com os requisitos regulatórios.

2.5 Do Requisito 29.7.2.9 – Central de Abastecimento Farmacêutico:

O ISMS recorre contra a proposta do IGH para o Requisito 29.7.2.9, alegando que a entidade não detalha adequadamente a estrutura e os fluxos da Central de Abastecimento Farmacêutico - CAF. Afirma também que a ausência de informações fluxograma, rotinas operacionais e documentos normativos compromete a clareza e a conformidade do processo de gestão.

Não obstante todo o alegado pela Empresa Recorrente em suas razões de Recurso, nota-se que são totalmente descabidas de quaisquer fundamentos fáticos e jurídicos, de forma que passa-se a contrarrazoar as aduções infrutíferas tecidas nas razões do recurso.

3. – DAS CONTRARRAZÕES RECURSAIS

3.1. Da proposta para regimento do serviço multiprofissional:

Em atenção ao questionamento apresentado em relação ao Regimento Interno do Serviço Multiprofissional, esclarecemos que o documento apresentado atende plenamente ao objetivo de normatizar a organização e o funcionamento da equipe multiprofissional dentro da unidade, garantindo uma estrutura clara para a execução das atividades assistenciais.

Destacamos que o documento apresentado estabelece de maneira objetiva a finalidade do serviço multiprofissional, sua vinculação hierárquica e os princípios norteadores da assistência, conforme disposto no Capítulo I e Capítulo II.

Além disso, contempla diretrizes de supervisão e funcionamento, garantindo a organização e a continuidade dos serviços prestados.

O documento apresentado menciona também, expressamente as categorias profissionais que compõem a equipe multiprofissional e estabelece atribuições gerais no Capítulo V, alinhadas com as melhores práticas assistenciais e organizacionais.

Consideramos que a padronização das responsabilidades, conforme definida no regimento, permite a necessária flexibilidade para adequação da equipe às demandas da unidade, sem prejuízo à clareza e à eficiência da organização dos serviços. Uma vez que cada categoria profissional possui particularidades específicas, sendo melhor trabalhadas em normatizações específicas.

Ressaltamos também, que o documento apresentado contempla diretrizes fundamentais para o adequado funcionamento do serviço, incluindo organização da escala de trabalho, mecanismos de substituição e supervisão, além de estruturação da gestão da qualidade, garantindo a governança assistencial e a integração entre os profissionais.

É imperioso destacar que o Regimento Interno tem como finalidade estabelecer a normatização geral do serviço, enquanto aspectos operacionais detalhados são tradicionalmente complementados por documentos auxiliares, tais como Protocolos Assistenciais, Manuais de Procedimentos Operacionais Padrão (POPs) e Regulamentos Específicos por categoria profissional.

Tal abordagem é amplamente adotada em instituições de saúde e visa garantir a adequada flexibilização e atualização dos processos assistenciais conforme as necessidades institucionais.

Dessa forma, reforçamos que o Regimento Interno do Serviço Multiprofissional apresentado atende plenamente ao solicitado no processo licitatório, proporcionando uma base normativa sólida para a organização e a execução das atividades, sem prejuízo da possibilidade de complementação por instrumentos regulatórios adicionais, conforme prática comum na gestão hospitalar.

3.2. Da proposta de manual de protocolos assistenciais:

Em atenção ao questionamento apresentado, esclarecemos que o Manual de Protocolos Assistenciais submetido pelo IGH atende plenamente aos requisitos estabelecidos no instrumento convocatório, oferecendo diretrizes técnicas e metodológicas que garantem a estruturação, aplicação e adequação dos protocolos assistenciais às necessidades da unidade, em conformidade com as melhores práticas da assistência hospitalar.

O manual proposto fundamenta-se em diretrizes técnico-científicas amplamente reconhecidas, baseadas em normativas nacionais e internacionais que regulam a prática assistencial segura e eficaz. A estrutura adotada proporciona um arcabouço metodológico robusto para a construção e a implementação de protocolos padronizados, assegurando a qualidade dos serviços prestados e a segurança do paciente.

Importante destacar que no manual apresentado foram trazidos protocolos clínicos de acordo com as especialidades constantes no instrumento editalício do Chamamento Público.

O modelo metodológico adotado previu a construção dos protocolos de forma multidisciplinar, com a participação ativa de todas as categorias profissionais envolvidas na assistência, respeitando as competências e atribuições de cada área/especialidade.

Dessa forma, os protocolos foram elaborados de maneira integrada, possibilitando a definição clara dos papéis e responsabilidades dos profissionais, bem como a organização das rotinas assistenciais por setor/especialidade, favorecendo a coordenação eficiente do atendimento.

Diante do exposto, reafirmamos que o Manual de Protocolos Assistenciais apresentado pelo IGH cumpre integralmente os requisitos estabelecidos, fornecendo uma estrutura sólida para o desenvolvimento e a implementação dos protocolos, com respaldo técnico-científico e flexibilidade para adequação às necessidades da unidade, caso seja necessário.

3.3. Da proposição de projetos assistenciais de saúde e/ou sociais dentro do custeio previsto para a unidade:

A afirmação da licitante quanto à supostas incertezas sobre a viabilidade financeira dos projetos não podem prosperar uma vez que os projetos em questão já trazem no seu escopo as possibilidades de viabilidade, sejam com parcerias com instituições da sociedade civil, seja com eventos beneficentes ou até mesmo apoio logístico com a própria SES, uma vez que os projetos também poderão ser executados em parceria com o Governo do Estado, como sempre ocorre.

Cumpre-nos destacar que alguns projetos apresentados JÁ FORAM EXECUTADOS em unidades integrantes da Rede Estadual de Saúde, sem qualquer impacto financeiro ao Contrato de Gestão.

Diante do exposto, reafirmamos que não pode prosperar a afirmação de incertezas acerca da viabilidade dos projetos uma vez que, ao apresentarmos nosso planejamento a SES possuirá todos os meios para o fiel cumprimento do quanto proposto pelo IGH.

3.4. Do requisito 29.7.2.8 - Recebimento de Medicamentos e Atividades Farmacêuticas:

Em atenção ao questionamento apresentado, esclarecemos que a proposta submetida pelo Instituto de Gestão e Humanização - IGH atende integralmente às exigências do instrumento convocatório, contemplando a supervisão farmacêutica no recebimento de medicamentos, a implementação das Boas Práticas de Distribuição, Armazenagem e Transporte de Medicamentos, bem como a adoção de mecanismos de controle que asseguram a rastreabilidade e a segurança dos insumos recebidos pela unidade.

Conforme estabelecido na proposta, o processo de recebimento de medicamentos será realizado sob a supervisão direta de um profissional farmacêutico, garantindo que todas as etapas sejam conduzidas em conformidade com os regulamentos da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA e demais normativas aplicáveis. Esse procedimento visa assegurar a integridade dos produtos adquiridos, prevenindo inconformidades e garantindo a segurança dos pacientes e da equipe assistencial: “Materiais Hospitalares e Medicamentos: serão armazenados na Central de Abastecimento Farmacêutico – CAF e Farmácia Satélite e **serão controlados pelo Farmacêutico Responsável Técnico** e pelos Auxiliares de Farmácia. ” (Proposta HEMU – pg. 84 / Proposta HEMNSL – pg. 82)

Adicionalmente, esclarecemos que a estrutura operacional apresentada pelo IGH adota integralmente as diretrizes das Boas Práticas de Distribuição, Armazenagem e Transporte de

Medicamentos, garantindo que os insumos recebidos sejam manipulados e armazenados de forma segura e conforme os padrões exigidos. A proposta contempla protocolos rigorosos de conferência, controle de temperatura, segregação de produtos e rastreamento, assegurando que os medicamentos sejam armazenados em condições adequadas e distribuídos conforme a demanda assistencial.

Contrariamente ao apontado no questionamento, a proposta apresentada prevê a utilização de um checklist padronizado de recebimento de medicamentos, documento essencial para a rastreabilidade e conformidade do processo. Esse instrumento permite o registro detalhado das condições dos medicamentos no momento do recebimento, incluindo verificação quantitativa e qualitativa, conferência de prazos de validade, conformidade com as especificações técnicas e condições de transporte, garantindo total transparência e controle sobre os insumos adquiridos. Todo procedimento é descrito no item 7 do Procedimento Padronizado de Recebimento de Produtos na Farmácia.

A proposta do IGH detalha a estrutura e a gestão do Almoxarifado e do Centro de Abastecimento Farmacêutico - CAF, estabelecendo procedimentos rigorosos para o controle de estoque, segurança no armazenamento e distribuição eficiente dos insumos farmacêuticos. A gestão desses setores seguirá os princípios da logística hospitalar otimizada, garantindo a disponibilidade contínua dos medicamentos e insumos necessários à assistência, bem como a correta dispensação conforme as necessidades do serviço.

Ressaltamos que, embora a proposta apresentada pelo Instituto Saúde e Medicina Social (ISMS) possa conter um detalhamento operacional específico, isso não configura, por si só, um critério excludente para a proposta do IGH, uma vez que as exigências do instrumento editalício podem ser atendidas por diferentes metodologias de apresentação. Reafirmamos que o modelo adotado pelo IGH cumpre integralmente os requisitos técnicos e normativos aplicáveis, garantindo a efetividade das atividades farmacêuticas, a rastreabilidade dos insumos e a segurança do paciente.

Dessa forma, reafirmamos que a proposta do IGH atende plenamente às exigências estabelecidas no edital, contemplando a supervisão farmacêutica, a implementação das boas práticas de recebimento e armazenagem de medicamentos, a utilização de checklist padronizado e a organização eficiente do Almoxarifado e do CAF, assegurando conformidade técnica e regulatória.

3.5. Do Requisito 29.7.2.9 – Central de Abastecimento Farmacêutico

Em atenção aos questionamentos levantados, esclarecemos que a proposta apresentada pelo IGH atende plenamente aos requisitos estabelecidos no edital, contemplando todas as áreas e funcionalidades essenciais para o adequado funcionamento da Central de Abastecimento Farmacêutico - CAF.

A proposta detalha a organização da CAF de acordo com as rotinas que nela são executadas (recebimento, conferência, armazenamento e dispensação), incluindo a disposição das áreas obrigatórias tais quais: área de recebimento e expedição, área de armazenagem geral de medicamentos, área de armazenamento de medicamentos sujeitos a controle especial e área administrativa.

Diferentemente do alegado, a proposta apresentada pelo IGH contém fluxogramas operacionais e procedimentos padronizados que regulamentam a movimentação dos medicamentos dentro da unidade. Estes documentos garantem a rastreabilidade dos insumos, assegurando conformidade com as Boas Práticas de Armazenagem e Distribuição.

Adicionalmente, informamos que o IGH prevê a supervisão contínua de um profissional farmacêutico responsável por garantir a correta execução das rotinas da CAF, bem como a observância das Instruções Técnicas (ITs) necessárias para a segurança e eficiência dos processos.

Por fim, reiteramos que a proposta apresentada pelo IGH não apenas atende aos requisitos do edital, mas também adota medidas que garantem a integridade, a segurança e a rastreabilidade dos medicamentos na unidade, cumprindo integralmente as exigências normativas aplicáveis.

4. DO PEDIDO

Ante aos fatos narrados e as razões de direito acima aduzidas requer seja reconhecida e declarada a improcedência do recurso administrativo interposto pela **INSTITUTO SOCIAL MAIS SAÚDE - ISMS, o CNPJ/MF sob nº 18.963.002/0001-41** ora impugnado, em todos os termos.

Nestes Termos,

Pede Deferimento.

Salvador, 02 de abril de 2025.

Assinado digitalmente por:
PRISCILA OLIVEIRA DE ALMEIDA SOUZA
CPF: ***.877.675-**
Certificado emitido por AC CNDL RFB v3
Data: 02/04/2025 22:41:40 -03:00



PRISCILA OLIVEIRA DE ALMEIDA SOUZA

Gerente de Licitações – IGH



MANIFESTO DE ASSINATURAS



Código de validação: VG4RU-KY377-KVQGU-D67LD

Tipo de assinatura: Avançada

Esse documento foi assinado pelos seguintes signatários nas datas indicadas (Fuso horário de Brasília):

✓ PRISCILA OLIVEIRA DE ALMEIDA SOUZA (CPF ***.877.675-**) em 02/04/2025
22:41 - Assinado com certificado digital ICP-Brasil

Para verificar as assinaturas, acesse o link direto de validação deste documento:

<https://portal.wesign.com.br/validate/VG4RU-KY377-KVQGU-D67LD>

Ou acesse a consulta de documentos assinados disponível no link abaixo e informe o código de validação:

<https://portal.wesign.com.br/validate>